



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 161/2023**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2023**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para execução de drenagem de águas pluviais na Rua João Fernandes Pereira (PARTE) – Distrito Bocajá, no município de Laguna Carapã/MS, de acordo com Projeto Executivo, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico e Financeiro em anexo, partes integrantes do edital.

**DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:** 01 de setembro de 2023

**HORÁRIO:** 09:00 horas (horário local)

**PREÂMBULO**

- 01 – DO OBJETO DA LICITAÇÃO
- 02 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 03 – DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA
- 04 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº. 01)
- 05 – DO CONTEÚDO DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº. 02)
- 06 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO
- 07 – DO LOCAL E HORÁRIO DA INFORMAÇÃO
- 08 – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO
- 09 – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
- 10 – DAS PENALIDADES E MULTAS
- 11 – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO
- 12 – DA MEDIÇÃO, FORMA DE PAGAMENTO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS
- 13 – DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO
- 14 – DOS PRAZOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO
- 15 – DA ABERTURA DOS ENVELOPES E PROCESSAMENTO DO CERTAME
- 16 – RECURSOS ADMINISTRATIVOS - IMPUGNAÇÕES
- 17 – FISCALIZAÇÃO
- 18 – DISPOSIÇÕES GERAIS
- 19 – FORO

**ANEXOS**

- I – MINUTA DO CONTRATO
- II – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS
- III – DECLARAÇÃO DE APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO
- IV – DEMONSTRAÇÃO DA BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETA – BDI
- V – DECLARAÇÕES
- VI – DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
- VII – MODELO DE PROCURAÇÃO



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 161/2023**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2023**

O **MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, tipo "**MENOR PREÇO GLOBAL**", sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global.

A documentação de Habilitação e Proposta de Preços será recebida no dia **01 de setembro de 2023 às 09:00 horas (horário local)**, na sede da Prefeitura Municipal, na Avenida Erva Mate, nº 650, Centro, Laguna Carapã/MS, na Coordenadoria Geral de Licitações.

O procedimento Licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, e demais especificações e condições constantes neste ato convocatório, bem como as Normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do julgamento na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente fixado, desde que não haja comunicação do Município de Laguna Carapã em contrário.

**1 - DO OBJETO DA LICITAÇÃO:**

**1.1.** Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para execução de drenagem de águas pluviais na Rua João Fernandes Pereira (PARTE) – Distrito Bocajá, no município de Laguna Carapã/MS, de acordo com Projeto Executivo, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico e Financeiro em anexo, partes integrantes do edital.

**2 – DAS CONDIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO:**

**2.1.** Poderão apresentar proposta somente as empresas individuais ou sociais devidamente inscritas no Registro Cadastral da Prefeitura no ramo pertinente ao objeto ou as que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o 3º (terceiro) dia anterior à data do recebimento das propostas, vedada a participação de consórcios ou grupos de firmas.

**2.2.** Não será permitida a participação de empresas:



AV. Erva Mate N.º 650 - Fone: (67) 3438-1202 e 3438-1192  
CEP 79920-000 – Laguna Carapã - MS  
Email:gabinete@lagunacarapa.ms.gov.br – site: www.lagunacarapa.ms.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

- a) Em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) Que tenham sócios ou empregados que sejam servidores públicos do Município de Laguna Carapã/MS.
- c) Que, por qualquer motivo, sejam declaradas inidôneas, perante as Administrações Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual ou Municipal, ou que tenham sido punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com qualquer órgão das entidades públicas federativas citadas, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município.
- d) No caso de recuperação judicial, não será vedada, desde que apresente certidão emitida pela instância judicial competente, certificando sua aptidão econômica e financeira para participar do presente procedimento licitatório. (Acórdão TCU nº 8.271/2011 - 2ª Câmara)
- e) Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto da licitação.

2.3. É vedado qualquer participante representar mais de uma empresa.

2.4. O representante legal da empresa deverá, antes da entrega dos envelopes de documentação e proposta, identificar-se, apresentando ao Presidente da Comissão de Licitação, Carteira de Identidade e Prova de Titularidade da empresa.

2.5. As licitantes que comprovarem enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art.3º da Lei Complementar 123/06 e alterações posteriores, terão tratamento diferenciado das demais, consoante disposições constantes nos arts. 42 a 45 do mesmo diploma legal.

2.5.1. Quando se tratar de microempresas e empresas de pequeno porte o licitante deverá apresentar **a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, segundo disposição do art.2º, §1º, IV da Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI nº 81 de 10.06.2020**, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias consecutivos de antecedência da data prevista para a apresentação das propostas bem como a **Declaração de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, firmada pelo representante legal e seu Contador**, conforme Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, (MODELO DE DECLARAÇÃO EM ANEXO VI).

2.5.2. **A Certidão e a declaração deverão ser apresentadas em conjunto com a documentação exigida para o Credenciamento, antes da abertura dos envelopes de "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".**

2.5.3. **O descumprimento da Lei, sem prejuízo das sanções cabíveis, não apresentando a certidão e/ou a declaração, significa renúncia expressa e consciente, desobrigando a comissão, de estender os benefícios da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, aplicáveis ao presente certame.**



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

2.5.4. A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, sujeita-se a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

2.6. Em se tratando de diretor, sócio ou proprietário da empresa licitante que comparecer na sessão pública, deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação: de ato constitutivo, estatuto ou contrato social, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

2.7. Se a empresa enviar representante que não seja sócio, gerente ou diretor, faz-se necessário o credenciamento por procuração por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para praticar todos os atos no interesse da mesma junto a quaisquer órgãos públicos, ou ainda, com fins específicos para representação em todos os termos da presente licitação, sem prejuízo do que dispõe o subitem 3.4 deste Edital. O procurador deverá apresentar cópia do estatuto social, contrato social e/ou outro instrumento de registro comercial, devidamente registrado na Junta Comercial, ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

2.7.1. Só terão direito de usar a palavra, rubricar, ter acesso à documentação e às propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar a ata, representantes legais dos concorrentes habilitados para o ato e os membros da Comissão de Licitação.

2.7.2. A participação de representante da empresa não credenciado, na forma deste Edital, não implica na inabilitação da mesma, mas impede o representante de discordar ou de se manifestar contra as decisões tomadas pela Comissão de Licitação, bem como de acesso aos documentos durante a sessão de abertura dos envelopes de Documentação e Proposta.

2.8. O credenciamento deverá ser exibido pelos portadores antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes, ficando retidos e juntados aos autos.

2.9. O não comparecimento de qualquer dos participantes na reunião em que serão recebidos os envelopes de documentação e propostas não impedirá que ela se realize.

2.10. Não será permitida a participação de empresas que tenham sócios ou empregados que sejam Funcionários da Prefeitura Municipal de Laguna Carapã/MS.

2.11. A participação do licitante a este procedimento licitatório implicará em expressa concordância aos termos deste Edital, ressalvando-se o direito recursal.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:**

---



AV. Erva Mate N.º 650 - Fone: (67) 3438-1202 e 3438-1192  
CEP 79920-000 – Laguna Carapã - MS  
Email:gabinete@lagunacarapa.ms.gov.br – site: [www.lagunacarapa.ms.gov.br](http://www.lagunacarapa.ms.gov.br)



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

3.1. No local, dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, os representantes credenciados das Proponentes deverão entregar, simultaneamente, à Comissão de Licitação, os documentos e as propostas, exigidos no presente Edital, em 02 (dois) envelopes fechados, distintos e numerados de 01 e 02 na forma seguinte:

- Envelope nº 01 - **"DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"**  
Terá na parte externa, as seguintes indicações obrigatórias:

- **MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**
- **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
- **TOMADA DE PREÇO Nº 011/2023**
- **NOME COMPLETO DO LICITANTE**
- **DATA DE ABERTURA: 01/09/2023**
- **HORÁRIO DA ABERTURA: 09:00 horas**

- Envelope nº 02 - **"PROPOSTA"**  
Terá na parte externa, as seguintes indicações obrigatórias:

- **MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**
- **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
- **TOMADA DE PREÇO Nº 011/2023**
- **NOME COMPLETO DO LICITANTE**
- **DATA DE ABERTURA: 01/09/2023**
- **HORÁRIO DA ABERTURA: 09:00 horas**

3.2. Caso não haja expediente neste órgão, no dia fixado para abertura dos envelopes de documentação e proposta, fica automaticamente transferida a data para o primeiro dia útil subsequente.

3.3. Os documentos dos envelopes deverão ser colecionados separadamente, sem folhas soltas, em idioma português, datilografados, rubricados e assinados pelo sócio, gerente ou diretor da empresa com identificação comprovada nos termos do subitem 2.2, sem emendas (ex. números sobrepostos), rasuras (ex: uso de corretivo líquido) ou entrelinhas.

3.4. Os documentos exigidos nos Envelopes 01 - "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" e 02 - "PROPOSTA", deverão ser apresentados em 01 (uma) via, respectivamente. Caberá à Comissão de Licitação solicitar, a qualquer momento, os originais para confrontação.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

3.5. Não será aceita documentação via fac-símile.

#### 4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE 01):

4.1. **Objetivando facilitar o manuseio e o exame dos documentos, solicita-se às licitantes que apresentem a documentação organizada na ordem em que estão listados neste edital, devidamente paginada e presa através da utilização de grampo trilho**, os envelopes que trarão as documentações caso sejam em papel deverão estar devidamente lacrados através da utilização de cola de qualidade ou poderá a empresa também fazer uso de envelope plástico com fecho auto adesivo, estes procedimentos buscam evitar perda ou extravio de folhas, sendo que o descumprimento dessa solicitação não ensejará inabilitação.

4.2. **Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, a Comissão Permanente de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:**

4.2.1. **Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**Nota explicativa:** a consulta consolidada de pessoa jurídica do TCU abrange o cadastro do CNJ (improbidade), do CEIS (inidôneas e suspensas), CNEP (empresas punidas) e do próprio TCU (inidôneos). A consulta a estes cadastros, para verificar a possibilidade de participação no certame é recomendação do TCU (Ac. 1.793/11 – P).

4.2.2. A consulta ao cadastro referido no subitem 4.2 será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei Federal n. 8.429, de 02 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

4.2.3. Constatada a existência de sanção, a Comissão Permanente de Licitação reputará **a licitante inabilitada por falta de condição de participação**.

4.3. **A documentação deverá ser apresentada de acordo com o disposto neste Edital e conter, obrigatoriamente, todos os requisitos abaixo, sob pena de inabilitação.**

4.3.1. **Comprovante do Certificado de Inscrição Cadastral junto a esta Prefeitura**, em plena validade ou de que atendeu a todas às condições exigidas para o cadastramento dentro do interstício legal, ou seja, até o 3º (terceiro) dia anterior à data de apresentação das propostas;





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

4.3.2. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos tributos e encargos social por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

4.3.3. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débitos Gerais)**, emitida pelo Órgão competente da localidade de domicílio ou sede da empresa licitante, na forma da Lei;

4.3.4. **Certificado de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

4.3.5. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho-TST, de acordo com a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011. (<http://www.tst.gov.br/certidao>)

4.3.6. **Certificado de Registro e Regularidade da Empresa (Certidão Pessoa Jurídica)**, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), bem como do **Registro de seu responsável Técnico (Certidão Pessoa Física)**, dentro do seu prazo de validade.

4.3.6.1. **No caso de empresa com registro no CREA de outra Unidade Federativa, a empresa deverá apresentar declaração se comprometendo caso seja vencedora deverá providenciar o visto no Estado de Mato Grosso do Sul para fins de formalização contratual, conforme estabelece o art. 5º, da Resolução 1121, de 13 de dezembro de 2019.**

4.3.7. **Atestado(s) de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado junto ao CREA ou CAU, conforme o caso, **acompanhado de Certidão de Registro de Atestado e Acervo Técnico**, comprovando que seu(s) responsável(s) técnico(s) executou(ram) serviços de características semelhantes aos aqui licitados, no mínimo 50% (cinquenta por cento) da quantidade relacionada no quadro abaixo:

ITEM DA PLANILHA	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	50%
2.1.6	ESCORAMENTO DE VALA, TIPO PONTALETEAMENTO, COM PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M. AF_08/2020	M²	1.411,13	705,57
2.2.4	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	M	423,00	211,50



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

2.2.7	PV-1 - POÇO DE VISITA 2,32 X 2,32 M, EM ALV. DE TIJ. COM. DE 1 VEZ ASS. E REV. INTERNO COM ARG. DE CIMENTO 1:3, LASTRO BRITA 12 CM, BERÇO 18 CM EM CONC. FCK=15 MPA, LAJE 12 CM EM CONC. ARMADO FCK=20 MPA, INCL. FORMA, ESC. MANUAL E REATERRO	UN	6,00	3,00
-------	---	----	------	------

4.3.7.1. Será permitida a apresentação de tantos atestados quantos forem necessários para a demonstração da execução ora exigidos, nas quantidades mínimas estabelecidas no subitem 4.3.7.

4.3.7.2. Não serão aceitos atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) pela própria licitante ou por organização de um mesmo grupo empresarial da licitante.

4.3.7.3. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.

4.3.8. **Declaração da Licitante de disponibilidade de aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponível para realização do objeto desta Licitação.** Sugestão de **modelo** apresentado no **ANEXO III**, em papel timbrado e assinado pelo representante legal.

**4.3.8.1. A licitante vencedora, antes da assinatura do contrato deverá comprovar o vínculo de trabalho com o Responsável Técnico mediante uma das formas abaixo:**

- a) No caso de empregado: cópia da CTPS do profissional, ou cópia da ficha ou livro de registro de empregados;
- b) No caso de sócio: Constar do contrato social;
- c) No caso de contratado: contrato de prestação de serviços com firma reconhecida em cartório ou por agente administrativo que receba o documento.

4.3.9. **Certidão negativa de falência**, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. Caso não houver prazo fixado, a validade será de 60 (sessenta) dias.

4.3.10. **Balanco Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Último Exercício Social**, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente registrado na Junta Comercial, relativa ao domicílio ou sede da licitante, inclusive os enviados via SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED para a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), ou ainda, publicação em Diário Oficial,





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

quando for o caso, e que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. (art. 31, inciso I, da Lei nº 8.666/1993)

• **NOTA:** É obrigatório a apresentação do **Balanco Patrimonial** no âmbito da referida licitação, indistintamente à personalidade fiscal ou tributária da licitante, optante ou não do "SIMPLES NACIONAL", no caso concreto, indispensável em razão das obrigações assumidas em decorrência do contrato, caso venha a ser vencedora no presente certame. Neste sentido, não há restrição à competitividade da licitação, porquanto, aquilo que é facultativo para as finalidades fiscais ou tributárias, não vincula a Administração Pública no que diz respeito à realização de procedimentos licitatórios, excetuando para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais (art. 3º, do Decreto nº 8.538/2015), assim como, nos casos de convite, concurso e leilão (art. 32, § 1º, da Lei nº 8.666/1993), em que poderá ser dispensada a documentação de que tratam os arts. 28 a 31, da Lei nº 8.666/1993 – Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos.

4.3.10.1. Entende-se para fins deste Edital, a documentação comprobatória, nos casos de:

a) **TRATANDO-SE DE EMPRESAS OBRIGADAS E/OU OPTANTES POR ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL – ECD**, consoante disposições contidas no Decreto Federal nº 6.022/2007, com última regulamentação através da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de Janeiro de 2021, poderão apresentar documentos extraídos do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED, ou ainda, por meio do sítio eletrônico da Junta Comercial, relativa ao domicílio ou sede da licitante, tomando-se como base o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração, na seguinte forma:

- I. Recibo de Entrega de Livro Digital;
- II. Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital;
- III. Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);

b) **TRATANDO-SE DE EMPRESAS NÃO VINCULADAS AO "SPED"**, deverão comprovar tal situação, mediante apresentação obrigatória do: Termo de Abertura (Livro Diário), Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) e Termo de Encerramento (Livro Diário), com assinatura do responsável técnico devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), em conjunto a um representante legal da empresa, tomando-se como base o 4º (quarto) mês seguinte ao término do exercício social (ou seja, 30 de abril), nos termos do art. 1.078, do Código Civil – Lei Federal nº 10.406/2002.

c) **TRATANDO-SE DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS NO EXERCÍCIO SOCIAL VIGENTE**, ou



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

seja, há menos de 01 (um) ano, será admitido comprovar tal situação, mediante apresentação obrigatória de: "Balanço de Abertura", devidamente registrado na Junta Comercial, relativa ao domicílio ou sede da licitante, com assinatura do responsável técnico devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), em conjunto a um representante legal da empresa, tomando-se como base demonstrações contábeis referente ao período de existência da empresa, em consonância com o princípio da razoabilidade, e que, respectivamente satisfaçam os índices de boa situação financeira fixados neste Edital. (STJ, REsp nº 1.381.152/RJ)

4.3.11. **Comprovação de boa situação financeira** nos termos do art. 31, § 5º da Lei nº 8.666/93, pelos índices de: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG).

4.3.11.1. Apresentação do cálculo do **ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG)**, utilizando os dados do balanço patrimonial ou equivalente. O cálculo deverá ser efetuado pela proponente segundo fórmula abaixo, demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um vírgula zero):

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} \geq 1,00$$

Onde:

**ILG** = Índice de liquidez geral

**AC** = Ativo circulante

**PC** = Passivo circulante

**RLP** = Realizável à longo prazo

**ELP** = Exigível à longo prazo

4.3.11.2. Apresentação do cálculo do **ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC)**, utilizando os dados do balanço patrimonial ou equivalente. O cálculo deverá ser efetuado pela proponente segundo a fórmula abaixo, demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um vírgula zero):

$$ILC = \frac{AC}{PC} \geq 1,00$$

Onde:

**ILC** = Índice de liquidez corrente

**AC** = Ativo circulante

**PC** = Passivo circulante



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

4.3.11.3. Apresentação do cálculo do **ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (ISG)**, utilizando os dados do balanço patrimonial ou equivalente. O cálculo deverá ser efetuado pela proponente, segundo a fórmula abaixo, demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um vírgula zero):

$$\frac{\text{ISG} = \text{AT}}{\text{PC} + \text{ELP}} \geq 1,00$$

Onde:

**ISG** = Índice de solvência geral;

**AT** = Ativo total;

**PC** = Passivo circulante;

**ELP** = Exigível a longo prazo.

4.3.11.4. Para efeito de avaliação de boa situação financeira do licitante, deverá ser apresentada planilha, devidamente assinada por profissional contábil habilitado para tal, onde serão avaliadas as demonstrações de liquidez geral, liquidez corrente, solvência geral, realizando-se cálculo de índices contábeis, adotando-se as fórmulas constantes no presente edital.

4.3.11.5. No caso de a licitante apresentar resultado inferior a 1,00 nos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), deverá comprovar que seu capital social ou valor do patrimônio líquido é de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

4.3.11.6. A comprovação de que tratam os subitens 4.3.11.1; 4.3.11.2; 4.11.3 e 4.3.11.5 supra, poderá ser feita com base na análise do Balanço Patrimonial, demonstrações contábeis, bem como, de dados extraídos do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, relativamente à data da apresentação da proposta.

4.3.11.7. A proponente que ainda não tenha completado seu primeiro ano de exercício fiscal, terá sua capacidade econômico-financeira comprovada por meio da apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, nas mesmas condições formais exigidas acima (assinaturas, registro, etc.).

4.3.12. JUSTIFICATIVA DOS ÍNDICES CONTÁBEIS: (art. 31, § 5º, da Lei nº 8.666/1993)

I. **ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG)**: Medir a capacidade que a empresa tem para pagar suas dívidas a curto e a longo prazo, fazendo uso dos recursos disponíveis no ativo circulante e no realizável a longo prazo (capital circulante). É desejável que este índice seja igual ou superior a 1,00 i.e, indicando que, para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida a curto prazo e a longo prazo exista no mínimo R\$ 1,00 (um real) no ativo circulante mais realizações a longo prazo.

II. **ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC)**: Nos casos de solicitação de financiamentos e também nos procedimentos licitatórios. É desejável que este índice seja superior a 1,00, i.e, indicando que para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida a curto prazo, exista no mínimo R\$ 1,00 (um real) no ativo circulante.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

III. ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (ISG): Conforme a própria denominação, o índice expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes. Presume-se que, a empresa excessivamente endividada, terá dificuldades na obtenção de novos recursos, sendo, portanto, recomendável o resultado " $\geq 1$ " (o que demonstra um equilíbrio nas contas da companhia), sendo certo que, quanto maior o resultado (1,10; 1,20; 1,30; etc), melhor, em tese, será a condição da empresa.

**NOTA<sup>1</sup>:** No cômputo geral, os índices fixados (ILG, ILC e ISG), tem por finalidade assegurar que o objeto licitado seja adjudicado a quem, efetivamente, tenha solidez para executá-lo, desde logo, os índices de liquidez retratam a situação financeira da empresa licitante, por ocasião do balanço patrimonial e respectivas demonstrações de resultado do último exercício social, i.e, se é boa ou mesmo satisfatória, se está crescendo, qual a tendência da liquidez corrente para o próximo exercício, tomando-se como base apenas as variações dos últimos balanços, etc.

**NOTA<sup>2</sup>:** Destaca-se que a adoção está em conformidade com a Súmula nº 289 – TCU, *in verbis*: "A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade".

#### **4.3.13. DECLARAÇÕES:**

a) **Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista**, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação. Sugestão de **modelo** apresentado em **ANEXO**.

b) **Declaração do licitante de que não está impedido de contratar com o Poder Público Municipal e de que se obriga a informar ao Município a ocorrência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação** e/ou que o impeçam de contratar com o Poder Público Municipal, face o disposto no art. 55, XIII, da Lei Federal nº 8.666/93. Sugestão de **modelo** apresentado em **ANEXO**.

c) **Declaração do licitante de que conhece e aceita os termos do presente Edital**, ressaltando, contudo, o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para a sua participação no certame. Sugestão de **modelo** apresentado em **ANEXO**.

d) **Declaração do licitante informando que cumpre a proibição prevista no art.7º da CF – ou seja, de que não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de trabalho de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz**. Sugestão de **modelo** apresentado em **ANEXO**.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

**e) Declaração do licitante comprometendo-se**, utilizar na obra, material de primeira qualidade, bem como qualquer tipo de equipamento necessário à perfeita execução, no instante em que forem solicitados, sem nenhum ônus adicional ao Município de Laguna Carapã/MS. Sugestão de **modelo** apresentado em **ANEXO**.

**4.4. Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte.** (Lei Complementar nº. 123/06)

4.4.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº 123/06). A não apresentação do(s) mesmo(s) INABILITARÁ a empresa.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, (a critério da Administração Pública), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

b) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, mesmo que contenham alguma restrição documental **FISCAL E TRABALHISTA**, deverão apresentar todos os documentos exigidos no edital.

c) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º, do art. 43, da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou outros instrumentos congêneres ou revogar a licitação.

d) Se as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte **desatender a habilitação pedida quanto a Capacidade Jurídica, Qualificação Técnica ou Qualificação Econômica, estará ipso facto inabilitada**.

4.4.2. A responsabilidade pela declaração de enquadramento como Microempresa Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte é única e exclusiva da licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

4.5. As Certidões que não trouxerem o prazo de sua validade expresso só serão aceitas se não tiver decorrido mais de 60 (sessenta) dias da data de sua emissão.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

4.6. Todos os documentos apresentados pelos licitantes serão retidos pela CPL e obrigatoriamente juntados aos autos do presente procedimento, sendo facultado aos licitantes fiscalizarem a autenticidade formal e material dos documentos entregues uns pelos outros e, impugná-los, querendo.

4.7. A Comissão Permanente de Licitação poderá exigir, a qualquer tempo que o licitante apresente o original do documento a ela entregue, não podendo o Licitante escusar-se de exibi-lo.

4.8. O mesmo direito é conferido ao Ordenador de Despesas responsável na hipótese de entender necessário o exame de documento ou documentos antes da homologação e adjudicação do objeto do presente certame.

4.9. A recusa do licitante a exibir o original de documento exigido na forma dos itens anteriores se constituirá em motivo bastante para a sua inabilitação e, na hipótese de já ter sido declarado habilitado, na desclassificação da proposta que houver apresentado mesmo que ela tenha sido proclamada vencedora e já houver decorrido o prazo de recurso.

4.10. Não serão aceitos documentos com data de validade vencida (com exceção dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista previsto para as Microempresas e empresas de pequeno porte, previsto na LC nº123/06 e alterações posteriores). **Os documentos que não tragam seus prazos de validade expresso, só serão aceitos desde que não ultrapasse o prazo de 60 (sessenta) dias, da data de emissão.**

## **5. DO CONTEÚDO DA PROPOSTA (ENVELOPE 02):**

5.1. A proposta deverá ser apresentada de acordo com o disposto neste Edital e conter obrigatoriamente, todos os requisitos abaixo, sob pena de desclassificação:

**5.1.1. Indicação da Empresa: razão social, endereço completo e CNPJ;**

**5.1.2. Data, assinatura do representante legal da empresa;**

**5.1.3. A empresa deverá apresentar em sua proposta as seguintes informações:**

- a) **Planilha de quantidades e preços**, de acordo com os **Anexos** desta Tomada de Preços, incluindo todas as despesas inerentes aos serviços, indicando os preços unitários, para todos os serviços relacionados na referida planilha, os subtotais, preço total, bem como o detalhamento do **BDI (Bonificação de Despesas Indiretas)** em que se indicarão todos os preços ofertados de acordo com o especificado, bem como o valor total da proposta, os quais deverão ser precedidos da vírgula que segue a unidade centavos, sem emendas,





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

rasuras ou entrelinhas, assinadas por representante da empresa, rubricada em todas as suas vias e deverá ser acompanhada de **(cronograma físico e financeiro)** e do anexo II – **(proposta detalhe)**;

- b) É obrigatória a apresentação de preço para todos os serviços relacionados na Planilha Orçamentária anexo deste Edital, em conformidade com a alínea "f" do inciso IX do art. 6º, da Lei Federal nº 8.666/93 e § 2º do inciso II do art. 7º da Lei Federal nº 8.666/93, não podendo nenhum item da mesma apresentar preço 0 (zero).
- c) O **BDI (Bonificação de Despesas Indiretas)** máximo admitido para execução dos serviços, objeto desta Tomada de Preço, não poderá ser superior a **19,94% (dezenove vírgula noventa e quatro por cento)**.
- d) Os tributos **IRPJ e CSLL não deverão integrar o cálculo do BDI**, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante.
- e) **Cronograma físico financeiro, para execução da obra/serviços;**
- f) **Validade da Proposta; NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 60 (SESSENTA) DIAS DA ABERTURA DA MESMA. No caso de omissão do prazo de validade, a Comissão Permanente de Licitação considerará que o mesmo será de 60 (sessenta) dias.**

**5.1.4. Os valores apresentados deverão conter no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula (em caso de não observância desta regra, os números que ultrapassarem a 2ª casa decimal serão desconsiderados).**

- a) **Entre os valores unitários e os totais resultantes de erros de multiplicação e quantidades por valores unitários prevalecerão os valores unitários e o valor total corrigido;**
- b) **Entre os valores dos subtotais e os totais, resultantes de erros de adição prevalecerão os valores dos subtotais corrigindo o valor total.**

5.2. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, bem como aquelas manifestadamente inexequíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem preços irrisórios ou excessivos.

5.3. Será(ão) desclassificada(s) a(s) proposta(s), que:



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

5.3.1. Não atender as exigências deste instrumento, bem como a que alterar a especificação da proposta; ou

5.3.2. **Apresentar qualquer preço unitário ou global superior ao correspondente preço previsto pela Administração Municipal em sua estimativa de custos;** ou

5.3.3. Apresentar preços unitários e/ou total inexequíveis, quando comparados com as estimativas de custos elaboradas pela Administração Municipal; ou

5.3.4. Que ofertarem alternativas, será desclassificado.

5.4. Consideram-se manifestamente inexequíveis, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor, dos seguintes valores:

- a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Municipal, ou
- b) valor orçado pela Administração Municipal.

5.4.1. Os licitantes classificados, cujo valor previsto na proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem às alíneas "a" e "b" do subitem acima, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, da Lei 8.666/93, igual à diferença entre 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem às alíneas "a" e "b" e o valor da correspondente proposta.

## **6. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

6.1. O julgamento do mérito será efetuado de conformidade com o que dispõe os artigos 44 e 45 da Lei Federal nº 8.666/93, que adotará como critério o de "**MENOR PREÇO GLOBAL**".

6.2. Em caso de absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas, (não estando dentro das obrigações da Lei nº 123/06 e alterações posteriores) a classificação se fará por sorteio em ato público, para quais todos os licitantes serão convocados, conforme dispõe o Parágrafo 2º do Artigo 45 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Na hipótese de empate entre empresas comuns e microempresas e/ou empresas de pequeno porte, a situação ensejará a aplicação das disposições previstas na Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores.

6.3.1. Entende-se por empate a situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e/ou empresas de pequenos portes apresente propostas com intervalos iguais ou até 10% (dez por



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

cento) superiores à proposta mais bem classificada (caso essa seja proposição de uma empresa comum).

6.3.2. As Microempresas e empresas de pequeno porte conforme subitem 6.3.1, poderá ofertar nova proposta de preços inferior à proposta inicialmente vencedora, situação em que será considerada vencedora do certame.

6.3.3. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.3.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

6.3.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.3.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.3.5. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 6.3.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.3.5.1. Caso a microempresa e/ou empresa de pequeno porte não esteja presente durante o certame, a Comissão Permanente de Licitação suspenderá a sessão, constando em ata todos os atos realizados, registrando em ordem classificatória todas as empresas e respectivos valores e marcará uma nova data e horário para abertura de uma nova sessão pública, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sendo a mesma deverá ser notificada por escrito via correio, para que apresente nova proposta.

6.3.5.2. Na data marcada a empresa deverá entregar a nova proposta, datilografada ou equivalente, em papel timbrado da empresa, devidamente assinada, carimbada e acondicionada em envelope devidamente identificado e lacrado, endereçada a Comissão de Licitação, devendo ser respeitado a data e horário estabelecido na notificação, sob pena de preclusão. Caso em que será aplicado o disposto no subitem 6.3.3.

6.4. Havendo divergências entre os valores unitários e totais, prevalecerá o primeiro, sendo que o total e/ou global será devidamente retificado pela Comissão.

## **7. DO LOCAL E HORÁRIO PARA INFORMAÇÃO:**

7.1. Os interessados que tiverem dúvidas de caráter legal ou técnico na interpretação deste Edital ou quaisquer outras a ele relacionadas, deverão dirigir-se ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação em petição escrita, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do horário fixado no preâmbulo deste Edital, podendo ser protocolado no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Laguna Carapã, no horário das 07h00min às 11h00min ou das 13h00min às 17h00min, localizado na



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

Av. Erva Mate, nº 650, Centro, Município de Laguna Carapã/MS, ou poderá ser enviado por meio eletrônico através do e-mail: [licitacao@lagunacarapa.ms.gov.br](mailto:licitacao@lagunacarapa.ms.gov.br)

7.2. As dúvidas que surgirem, em qualquer fase do procedimento licitatório, serão dirimidas pela Comissão Permanente de Licitação, observados os preceitos legais pertinentes.

## **8 – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

8.1. A título de garantia da execução da obra, **no ato de assinatura do contrato**, a licitante vencedora deverá optar por uma das formas estabelecidas no artigo 56 e parágrafos, da Lei nº 8.666/93, no percentual de **5% (cinco por cento) do valor contratado**.

8.2. A caução poderá ser efetuada em moeda corrente do País, Fiança Bancária, Título da Dívida Pública ou Seguro Garantia.

8.2.1. Se a licitante vencedora optar em fazer o recolhimento em dinheiro, deverá efetuar junto à conta a ser aberta pelo Município.

8.2.2. Se a licitante vencedora optar em títulos da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

8.2.3. Se a licitante vencedora optar por carta de fiança bancária, a mesma deverá ser expedida por instituição bancária, fica vedado à apresentação de carta fiança emitida por instituição que não seja bancária.

8.3. A caução realizada através de Fiança Bancária ou Seguro Garantia será recusado quando fixar condições incompatíveis com este Edital, ou contiver cláusulas conflitantes com a legislação que rege a presente Licitação.

8.4. O valor caucionado será devolvido até 03 (três) dias após o recebimento definitivo da obra, mediante requerimento ao Município de Laguna Carapã/MS.

8.5. No caso de rescisão contratual pelo inadimplemento das cláusulas contratuais, pela firma contratada, a referida caução será apropriada pelo Município de Laguna Carapã/MS, sob título de "Indenização e Restituição".

## **9. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

9.1. Transcorrido o prazo recursal previsto em lei ou havendo desistência expressa das licitantes, o processo licitatório será encaminhado pela Comissão Permanente de Licitação à autoridade



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

competente para fins de deliberação quanto à homologação do certame e a adjudicação de seu objeto a licitante vencedora.

9.2. A autoridade superior ou o próprio ordenador de despesas se reserva no direito de não homologar ou revogar o presente processo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação escrita.

9.3. As obrigações decorrentes desta licitação, a serem firmadas entre o Município e a licitante vencedora, serão formalizadas através de Contrato, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos, na legislação vigente e na proposta do licitante vencedor.

9.4. O Município convocará a licitante vencedora para assinar o Contrato, dentro do prazo de **03 (três) dias consecutivos**, contados a partir da publicação da homologação do resultado.

9.5. O prazo estipulado no subitem 9.4 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Município.

9.6. Para as demais empresas, quando a convocada e a mesma não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidas neste Edital, o Município deverá convidar as demais proponentes classificadas, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 81 da Lei nº 8.666/93.

9.7. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

**9.8. A licitante vencedora deverá antes da assinatura do Contrato, realizar cadastro da empresa no E-CJUR, autenticada com assinatura digital, em conformidade com o art. 15, inciso V da Resolução TCE/MS nº 65/2017 e atualizações.**

## **10. DAS PENALIDADES E MULTAS:**

10.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do Contratado em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvado os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a licitante, a juízo da Administração, sujeita às seguintes penalidades:

I – **Multa de 2% (dois por cento)** sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;



---

AV. Erva Mate N.º 650 - Fone: (67) 3438-1202 e 3438-1192  
CEP 79920-000 – Laguna Carapã - MS  
Email:gabinete@lagunacarapa.ms.gov.br – site: www.lagunacarapa.ms.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

II – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

10.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

10.3. Por atraso injustificado na execução do contrato:

I – **Multa moratória de 1% (um por cento)**, por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, até o décimo dia;

II – Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

10.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de prestação de serviço:

I – Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II – **Multa de 10% (dez por cento)** sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do serviço não executado pelo CONTRATADO;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

## 11. DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

11.1. As despesas decorrentes da execução da presente contratação correrão por conta da dotação abaixo discriminada e para o exercício futuro correrá por conta da dotação que a substituir:

<b>02.024 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA</b>
<b>Funcional/Programática: 15.451.0007.1020 – Pavimentação Asfáltica, Drenagem e Obras Complementares.</b>
<b>Fonte de Recursos: 2.799.7400</b>
<b>Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações</b>

11.2. O valor global máximo estimado para esta Tomada de Preço é de **R\$ 394.743,24 (trezentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e três reais e vinte e quatro centavos).**





## 12. DA MEDIÇÃO, FORMA DE PAGAMENTO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

12.1. O serviço realizado será objeto de avaliação, procedidas e assinadas pelo Engenheiro Fiscal designado, cujo valor será obtido pela soma dos produtos dos quantitativos acumulados de serviços executados, pelos respectivos preços unitários contratados, deduzido o valor acumulado dos serviços com Avaliação anterior.

12.2. O Município de Laguna Carapã/MS, pagará à contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada. Fica expressamente estabelecido que os preços unitários incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

12.3. O pagamento será efetuado a CONTRATADA, **no prazo em até 30 (trinta) dias**, contados a partir da data da emissão do Atestado de Execução dos Serviços, que equivale ao correspondente aceite na nota fiscal ou fatura recebida pelo Município de Laguna Carapã/MS, **devidamente acompanhada com a planilha de medição dos serviços executados** assinado pelo engenheiro responsável.

12.3.1. **Cada pagamento só será efetuado após a comprovação pela CONTRATADA de que se encontra em dia com suas obrigações, mediante apresentação das certidões negativas de débitos com a Receita Federal, Municipal, FGTS e Trabalhistas, em plena validade.**

12.4. Os pagamentos serão feitos através de depósitos em conta corrente da Contratada, e cada pagamento corresponderá à medição Provisória/Final, ou Avaliação dos serviços executados.

12.5. Caso haja necessidade de execução de serviços cujos preços unitários não constem na relação dos serviços contratados, os mesmos deverão ser compostos mediante acordo entre as partes.

12.5.1. Qualquer aumento de quantitativos, em relação aos previstos na proposta, deverá ser previamente justificado e aprovado pela Fiscalização, e alterado através de Termo Aditivo firmado entre as partes.

12.6. **Para liberação e pagamento da 1ª (primeira) fatura a contratada deverá apresentar a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT da execução de serviços, bem como a matrícula da obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO).**

12.7. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

a) Provisoriamente pela Fiscalização, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes, que será precedido da elaboração da Medição Final ou Medição Única;

b) Definitivamente pela Fiscalização, mediante Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou de vistoria que comprove o integral cumprimento objeto, de acordo com os Termos Contratuais.

c) O Termo de Recebimento Definitivo não eximirá a contratada das obrigações definidas no artigo 927 do Código Civil Brasileiro, bem como nos artigos 69 da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e § 2º do artigo 73 da mesma Lei.

12.8. Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para boa execução do objeto de contrato, correm por conta e responsabilidade da Contratada.

12.9. O Município rejeitará, no todo ou em parte, obra ou serviço, se em desacordo com o contrato.

### **13. DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO:**

13.1. Os preços ora contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data limite para a apresentação da proposta. Ultrapassado este interregno, o reajustamento será devido e poderá ser concedido.

13.2. Os preços contratuais serão reajustados de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Construção Civil – INCC acumulado do período de execução do contrato, salvo disposição oriunda de Lei Federal ou Medida Provisória.

13.3. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês da data da apresentação da proposta, e assim, sucessivamente.

13.4. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou o saldo contratual passará a ser praticado, pelo próximo período de 1 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a vigência do contrato.

13.5. Nos preços propostos presumem-se inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com fretes e outras.

### **14. DOS PRAZOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO:**



AV. Erva Mate N.º 650 - Fone: (67) 3438-1202 e 3438-1192  
CEP 79920-000 – Laguna Carapã - MS  
Email: gabinete@lagunacarapa.ms.gov.br – site: www.lagunacarapa.ms.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

14.1. Na contagem do prazo estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

14.2. O Município convocará a licitante vencedora para assinar o Contrato, dentro do prazo de **03 (três) dias consecutivos**, contados a partir da publicação da homologação do resultado.

14.3. O prazo para início dos trabalhos será mediante emissão da Ordem de Início de Serviços, vinculada a apresentação da ART ou RRT por parte da empresa vencedora, referente à responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

14.4. **O prazo de vigência do contrato será de 04 (quatro) meses a contar da data de sua assinatura.**

14.4.1. **O prazo para execução da obra/serviços será de 02 (dois) meses, conforme cronograma físico e financeiro, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços pelo contratado.**

14.4.2. **Sempre que houver necessidade de alteração do Cronograma de Desembolso máximo, face à disponibilidade de recursos financeiros, deverá ser modificado também o Cronograma físico e financeiro, a fim de adequá-lo ao novo Cronograma de desembolso máximo.**

## **15. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E PROCESSAMENTO DO CERTAME:**

15.1. Os envelopes serão recebidos e abertos em sessão pública, no dia e horário fixados no preâmbulo deste instrumento, pelos integrantes da Comissão Permanente de Licitação;

15.2. Antes da abertura dos respectivos envelopes, a Comissão verificará se os mesmos atendem às condições Editalícias;

15.3. A abertura iniciar-se-á pelos envelopes nº 01 contendo a documentação;

15.4. O conteúdo do Envelope nº 01 será analisado pelos integrantes da Comissão Permanente de Licitação e interessados e, em seguida rubricados por todos os presentes;

15.5. A Comissão julgará inabilitada a empresa que deixar de atender quaisquer dos requisitos constantes no item 4 e seus respectivos subitens, observando o subitem 4.8, ou atendê-los de forma incompleta ou incorreta;

15.6. Se ocorrer à suspensão da reunião para julgamento e a mesma não puder ser realizada no dia, será marcada a data da divulgação do resultado pela Comissão Permanente de Licitação e publicado na Imprensa Oficial para conhecimento de todos os participantes;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

15.7. Promulgado o resultado final da fase de habilitação, a Comissão procederá a abertura do envelope nº 02, apenas dos licitantes habilitados, devendo observar os subitens 4.7 e 4.8, desde que todos os presentes desistam expressamente da interposição de recursos, ou após o decurso do prazo recursal;

15.8. Abertos os envelopes nº 02, os seus conteúdos serão analisados e após, serão rubricados por todos os presentes;

15.9. As propostas contidas nos envelopes nº 02, serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação bem como pelas proponentes ou seus representantes presentes, procedendo-se a seguir a leitura dos preços ofertados;

15.10. A classificação ou desclassificação dos licitantes poderá ser efetuada nesta mesma reunião ou em outra a ser marcada de plano pela Comissão para divulgação do resultado, para fins de eventuais interposições de recursos.

15.11. O não comparecimento de qualquer dos participantes na reunião em que será tornado público o resultado da classificação, não impedirá que ela se realize, não cabendo ao ausente direito de reclamação de qualquer natureza, uma vez que a Comissão considerará sua ausência em concordância expressa quanto às decisões nela tomadas, ocasião em que será aberto o prazo recursal na forma da lei.

15.12. No processo de julgamento das propostas, a Comissão desclassificará a licitante que deixar de atender quaisquer requisitos fixados no item 5 do instrumento licitatório, ou atendê-los de forma incompleta ou incorreta, sem prejuízo que dispõe o item 6.

15.13. Além das atribuições mencionadas nos subitens acima, a Comissão poderá ainda:

15.13.1. Habilitar os licitantes ou classificar propostas, que contenham omissões ou irregularidades formais, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos a Administração ou aos concorrentes;

15.13.2. Promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, ficando vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta;

15.13.3. Solicitar técnicos para subsidiá-la no julgamento da licitação.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

15.14. Os envelopes contendo as propostas dos licitantes considerados inabilitados serão devolvidos fechados e rubricados pela Comissão, mediante protocolo, após julgados todos os recursos interpostos, bem como, exauridos os prazos recursais;

15.15. Em todas as reuniões realizadas pela Comissão serão lavradas Atas, que conterão as anotações relativas aos principais fatos e atos praticados. A ata será assinada pelos presentes;

15.16. Decorrido o prazo para interposição de recursos ou julgado o recurso interposto a Comissão de Licitação, encaminhará os autos para a homologação e adjudicação do Prefeito Municipal ou do Ordenador de Despesas Responsável, e será divulgado no Diário Oficial do Município.

## **16 – RECURSOS ADMINISTRATIVOS – IMPUGNAÇÕES**

16.1. **Todo cidadão** é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade, devendo, para tanto, formalizar, o pedido **até 05 (cinco) dias úteis antes da data de abertura dos envelopes de habilitação**, podendo ser protocolado no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Laguna Carapã, no horário das 07h00min às 11h00min ou das 13h00min às 17h00min, localizado na Av. Erva Mate, nº 650, Centro, Município de Laguna Carapã/MS, ou poderá ser enviado por meio eletrônico através do e-mail: [licitacao@lagunacarapa.ms.gov.br](mailto:licitacao@lagunacarapa.ms.gov.br)

16.2. O licitante que não impugnar o edital até o **segundo dia útil** que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação decairá do direito de impugnar os termos do mesmo perante a administração, devendo, mesmo, protocolar, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Laguna Carapã, no horário das 07h00min às 11h00min ou das 13h00min às 17h00min, localizado na Av. Erva Mate, nº 650, Centro, Município de Laguna Carapã/MS, ou poderá ser enviado por meio eletrônico através do e-mail: [licitacao@lagunacarapa.ms.gov.br](mailto:licitacao@lagunacarapa.ms.gov.br)

16.2.1. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

16.3. Poderá ser interposto recurso administrativo dos atos da Administração, nos termos do artigo 109 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

## **17 – FISCALIZAÇÃO**

17.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto desta Licitação serão exercidos por meio de um representante (denominado Fiscal), designado pela CONTRATANTE, ao qual compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução dos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas,



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 67, da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.

17.2. Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Fiscal ou do substituto inerentes ao objeto desta licitação, **sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE.**

17.3. Se, no ato do recebimento, constatar-se que o objeto está em desacordo com a proposta, fora de especificação, incompletos, a mesma será comunicada por escrito da irregularidade, tendo assim à contratada, que providenciar a sua substituição imediatamente, a partir da comunicação escrita, feita pelo fiscal.

17.4. Uma vez efetuada a entrega da medição, iniciar-se-á etapa que compreenderá a verificação de acordo com as especificações técnicas descritas neste Edital com o objeto discriminado na Medição.

17.5. As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93.

17.6. A ação do fiscal não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

## **18. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

18.1. O acolhimento para exame das propostas e a sua classificação, não gera direito adquirido ao autor de qualquer delas na adjudicação da obra que constitui o seu objeto;

18.2. O Prefeito Municipal poderá, até a homologação do procedimento, revogar a presente licitação por razão de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, sem direito à indenização ou ressarcimento aos licitantes, ou ainda, proceder à anulação da mesma quando incidir ilegalidade no procedimento licitatório, mediante despacho fundamentado.

18.3. Os recursos relativos a este Edital somente poderão ser interpostos dentro do prazo constante nos parágrafos primeiro e segundo do art. 41, da Lei Federal nº 8.666/93.

18.4. Os recursos referentes à adjudicação deverão ser interpostos dentro do prazo previsto no art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93.

18.5. Os modelos sugeridos foram inseridos com o intuito de padronizar as informações apresentadas, facilitar os trabalhos de análise e julgamento pela Comissão Permanente de Licitação e evitar que as licitantes sejam inabilitadas ou desclassificadas em razão de falhas ou insuficiência nas informações indicadas. Caso sejam apresentados documentos em formatação diversa, estes deverão contemplar





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

as informações mínimas necessárias à comprovação das exigências para efeitos de habilitação das licitantes e classificação das propostas.

18.6. Não será permitida que o proponente faça retificações e cancelamentos de preços ou alterações nas condições estipuladas, uma vez abertas a proposta.

18.7. Após a homologação e adjudicação desta licitação, não será permitido ao licitante declarado vencedor, apresentar desistência da proposta, ficando o mesmo, sujeito às penalidades contidas neste Edital e às demais previstas na legislação pertinente.

## **19 – FORO**

19.1. As questões decorrentes da execução deste Edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas pela justiça comum, no Foro da cidade de Dourados/MS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Laguna Carapã/MS, 15 de agosto de 2023.

**SUZI DE ALMEIDA FAMA**  
**Diretora do Departamento de Procedimentos Licitatórios**



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

**ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ/MS E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_**

**I - CONTRATANTES:** O **MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ/MS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.989.813/0001-19, com sede a Avenida Erva Mate, nº 650, Centro, Município de Laguna Carapã/MS, denominado **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_, com sede à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, no Município \_\_\_\_\_/\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**.

**II - REPRESENTANTES:** Representa a **CONTRATANTE** o Secretário Municipal de Infraestrutura, Ordenador de Despesas, nomeado através do Decreto Municipal nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_, SSP/\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_-\_\_, residente e domiciliado à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, no Município de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_ e a **CONTRATADA** o (procurador ou proprietário) o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, (qualificação), portador do RG nº \_\_\_\_\_, SSP/\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_-\_\_, residente e domiciliado à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, no Município de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**III - DA AUTORIZAÇÃO E LICITAÇÃO:** O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do(a) Ordenador(a) de Despesas da Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme Decreto Municipal nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, exarada em despacho constante do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**, gerado pela **TOMADA DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivesse contido.

**IV - FUNDAMENTO LEGAL:** O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores e demais condições estabelecidas no edital, seus anexos e demais normas legais pertinentes.

**V - REGIME DE EXECUÇÃO:** O presente Contrato será executado por administração indireta, pelo regime de **"EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL"**.



AV. Erva Mate N.º 650 - Fone: (67) 3438-1202 e 3438-1192  
CEP 79920-000 – Laguna Carapã - MS  
Email:gabinete@lagunacarapa.ms.gov.br – site: www.lagunacarapa.ms.gov.br



## **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para execução de drenagem de águas pluviais na Rua João Fernandes Pereira (PARTE) – Distrito Bocajá, no município de Laguna Carapã/MS, de acordo com Projeto Executivo, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico e Financeiro em anexo, partes integrantes do contrato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1. Durante a vigência do contrato e sem qualquer ônus para a Contratante, a Contratada deverá colocar à disposição para apoio à fiscalização, mão de obra especializada para execução do controle tecnológico, topográfico e geométrico das obras e do que se fizer necessário para a perfeita execução do objeto contratado.

2.2. O Engenheiro Civil ou Arquiteto deverá responder junto ao CREA ou CAU pelas atividades de manutenção do Contrato, registrando a ART OU RRT, e atuando como preposto da Contratada para o Contrato.

2.3. A Contratada deverá cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

2.4. A Contratada deverá assumir com exclusividade todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto do contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

2.5. A Contratada deverá responder perante a Administração e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, sob a sua responsabilidade ou por erro da execução.

2.6. A Contratada deverá responsabilizar-se por danos que venham a ocorrer nas instalações, edifícios, equipamentos, decorrentes dos trabalhos executados, respondendo também por acidentes que possam ser vítimas seus profissionais e, ainda, por eventuais danos causados no local da execução dos serviços, aos servidores da Administração, bem como a terceiros, quando praticados diretamente por seus empregados, arcando, após regular processo administrativo, com a restauração, reposição ou indenização, conforme o caso.

2.7. A Contratada deverá responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

ações judiciais que lhe venham a ser atribuída por força de lei, relacionadas com o cumprimento dos serviços.

2.8. A Contratada deverá executar os serviços, nos termos propostos no projeto, memorial e planilhas, assumindo a inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, utilizando produtos de boa qualidade e dentro dos padrões de higiene exigidos pelos órgãos competentes, sob pena de responsabilização pelo descumprimento.

2.9. A Contratada deverá manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratual.

2.10. A Contratada deverá realizar o trabalho com segurança, higiene e saúde cumprindo as normas de Segurança e usando Equipamentos de Proteção (EPI's).

2.11. Qualquer operário ou empregado da empresa contratada, que na opinião da fiscalização não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada deverá, mediante solicitação por escrito da fiscalização, ser afastado imediatamente.

2.12. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir a qualidade satisfatória dos mesmos. A fiscalização poderá ordenar remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

2.13. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, a perfeita execução dos serviços, tais como: materiais, equipamentos, mão de obra, segurança, vigia, obrigações sociais, taxas, emolumentos, placas exigidas pelos órgãos fiscalizadores do Estado do Mato Grosso do Sul e órgão conveniente e registros no CREA ou CAU e manter os locais de serviço identificados, fazendo uso de procedimentos de segurança e de isolamento durante a execução dos serviços.

2.14. A responsabilidade pela qualidade da obra, materiais e serviços executados serão da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado e exercer a fiscalização sobre o Contrato de Execução.

2.15. Após o recebimento da Ordem de Início dos Serviços, a empresa contratada deverá apresentar ART ou RRT de execução dos serviços e encaminhá-lo ao Município de Laguna Carapã, para que seja anexado ao processo administrativo correspondente.

2.16. Os serviços serão considerados concluídos somente após a execução de todos os serviços e de todos os reparos solicitados pela fiscalização, à limpeza da obra e o seu recebimento definitivo pela Secretaria correspondente do Município de Laguna Carapã/MS.

2.17. A existência e a atuação da fiscalização pelo Município em nada restringem a



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concede a execução do objeto do contrato.

2.18. Os serviços somente serão realizados mediante a emissão de Ordem de Serviços.

2.19. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a Administração, e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo a CONTRATADA qualquer alegação em contrário.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL:**

3.1. O valor total estabelecido para o presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

### **CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:**

4.1. O serviço realizado será objeto de avaliação, procedidas e assinadas pelo Engenheiro Fiscal designado e conforme orientações, aprovações e determinações do órgão conveniente, cujo valor será obtido pela soma dos produtos dos quantitativos acumulados de serviços executados, pelos respectivos preços unitários contratados, deduzido o valor acumulado dos serviços com Avaliação anterior.

4.2. O Município de Laguna Carapã/MS, pagará à contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada. Fica expressamente estabelecido que os preços unitários incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

4.3. O pagamento será efetuado a CONTRATADA **em até 30 (trinta) dias**, contados a partir da data da emissão do Atestado de Execução dos Serviços, que equivale ao correspondente aceite na nota fiscal ou fatura recebida pelo Município de Laguna Carapã/MS, **devidamente acompanhada com a planilha de medição dos serviços executados assinado pelo engenheiro e fiscal de contrato nomeado pelo Município.**

**4.3.1. Cada pagamento só será efetuado após a comprovação pela CONTRATADA de que se encontra em dia com suas obrigações, mediante apresentação das certidões negativas de débitos com a Receita Federal, Municipal, FGTS e Trabalhistas, em plena validade.**

4.4. Os pagamentos serão feitos através de depósitos em conta corrente da Contratada, e cada



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

pagamento corresponderá à medição Provisória/Final, ou Avaliação dos serviços executados.

4.5. Caso haja necessidade de execução de serviços cujos preços unitários não constem na relação dos serviços contratados, os mesmos deverão ser compostos mediante acordo entre as partes.

4.5.1. Qualquer aumento de quantitativos, em relação aos previstos na proposta, deverá ser previamente justificado e aprovado pela Fiscalização, e alterado através de Termo Aditivo firmado entre as partes.

**4.6. Para liberação e pagamento da 1ª (primeira) fatura a contratada deverá apresentar a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT de execução de serviços, bem como a matrícula da obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO).**

4.7. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

a) Provisoriamente pela Fiscalização, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes, que será precedido da elaboração da Medição Final ou Medição Única;

b) Definitivamente pela Fiscalização, mediante Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou de vistoria que comprove o integral cumprimento do objeto, de acordo com os Termos Contratuais.

4.8. O Município rejeitará, no todo ou em parte, obra ou serviço, se em desacordo com o contrato.

**CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

5.1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão por conta da dotação abaixo discriminada e para o exercício futuro correrá por conta da dotação que a substituir:

<b>02.024 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA</b>
<b>Funcional/Programática: 15.451.0007.1020 – Pavimentação Asfáltica, Drenagem e Obras Complementares.</b>
<b>Fonte de Recursos: 2.799.7400</b>
<b>Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações</b>

**CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO:**



AV. Erva Mate N.º 650 - Fone: (67) 3438-1202 e 3438-1192  
CEP 79920-000 – Laguna Carapã - MS  
Email:gabinete@lagunacarapa.ms.gov.br – site: www.lagunacarapa.ms.gov.br





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

6.1. Na contagem do prazo estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

6.2. O prazo para início dos trabalhos será imediato, a partir do recebimento Ordem de Início de Serviços, vinculada a apresentação da ART ou RRT por parte da CONTRATADA, referente a responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

6.3. O prazo de vigência do contrato será de **04 (quatro) meses**, com início em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ e término em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

**6.4. O prazo para execução da obra/serviços constantes deste CONTRATO será de 02 (dois) meses, conforme cronograma físico e financeiro, contados a partir do recebimento da Ordem de Início de Serviços pelo contratado.**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO:**

7.1. A Contratada obriga-se a executar os serviços e obras, de conformidade com o Edital da **Tomada Preços nº \_\_\_\_/\_\_\_\_** e a Proposta apresentada, bem como de acordo com os projetos, normas, especificações e cronograma, constantes do processo licitatório, documentos esses que fazem parte integrante e complementar deste Contrato.

7.2. Toda mão de obra, equipamentos e materiais a serem utilizados na execução da obra, serão fornecidas e transportadas pela Contratada, bem como é de sua inteira responsabilidade o seu uso adequado.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

8.1. A título de garantia da execução da obra, a licitante vencedora deverá optar por uma das formas estabelecidas no artigo 56 e parágrafos, da Lei nº 8.666/93, **no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado.**

8.2. A caução poderá ser efetuada em moeda corrente do País, Fiança Bancária, Título da Dívida Pública ou Seguro Garantia.

8.2.1. Se a licitante vencedora optar em fazer o recolhimento em dinheiro, deverá efetuar junto à conta a ser aberta pelo Município.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

8.2.2. Se a licitante vencedora optar em títulos da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

8.2.3. Se a licitante vencedora optar por carta de fiança bancária, a mesma deverá ser expedida por instituição bancária, fica vedado a apresentação de carta fiança emitida por instituição que não seja bancária.

8.3. A caução realizada através de Fiança Bancária ou Seguro Garantia será recusado quando fixar condições incompatíveis com este Edital, ou contiver cláusulas conflitantes com a legislação que rege a presente Licitação.

8.4. O valor caucionado será devolvido até 03 (três) dias após o recebimento definitivo da obra, mediante requerimento ao Município de Laguna Carapã/MS.

8.5. No caso de rescisão contratual pelo inadimplemento das cláusulas contratuais, pela firma contratada, a referida caução será apropriada pelo Município de Laguna Carapã/MS, sob título de "Indenização e Restituição".

#### **CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

9.1. A Contratante fiscalizará a execução dos serviços ora contratados através do Município, e ou por quem indicar. Independente de tal fiscalização reserva-se o direito de promover outras inspeções, através de representante expressamente designado.

9.2. Qualquer modificação de serviços ou especificações, somente poderá ser executada após prévio acordo entre a Contratada e o Município de Laguna Carapã.

9.3. O recebimento dos serviços será efetuado pela Comissão de Fiscalização designada pelo Prefeito Municipal na forma disposta no artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4. A Contratada deverá manter na direção técnica dos trabalhos, um Engenheiro Civil, Arquiteto ou Técnico Responsável na Área devidamente habilitado, para representá-la junto à Contratante e dirimir dúvidas ou problemas referentes aos serviços contratados.

9.5. Será responsabilidade da Contratada, a sinalização dos serviços durante a execução, devendo ser indicado o nome da firma e esclarecer que está a serviço do Município, conforme modelo e orientações fornecidas.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

9.6. A Contratante deverá obedecer às regras de higiene e segurança do trabalho e normas indispensáveis à ordem e à integridade física do público, no local da obra, durante o desenvolvimento dos trabalhos.

9.7. O serviço será considerado concluído, somente após o término total, inclusive feito a limpeza e retirada de entulhos, bem como reparos onde a fiscalização julgar necessário.

9.8. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, pelos mesmos preços e mesmas condições de contrato, os acréscimos ou supressões dos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme dispõe o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.9. A CONTRATADA obriga-se a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo.

9.10. As alterações do valor do contrato decorrente de modificações dos quantitativos previstos, bem como as prorrogações de prazos, serão formalizadas por lavratura do Termo de Aditamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES/MULTAS:**

10.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do Contratado em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvado os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a licitante, a juízo da Administração, sujeita às seguintes penalidades:

I – **Multa de 2% (dois por cento)** sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

10.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

10.3. Por atraso injustificado na execução do contrato:

I – **Multa moratória de 1% (um por cento)**, por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, até o décimo dia;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

II – Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso e,

10.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de prestação de serviço:

I – Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II – **Multa de 10% (dez por cento)** sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do serviço não executado pelo CONTRATADO;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.5. A penalidade de multa, estabelecida no subitem 10.4, inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas no subitem 10.4, inciso I, III e IV, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80, da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores;

10.6. Fica garantida A CONTRATADA o direito a defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato;

10.7. A penalidade estabelecida no subitem 10.4, inciso IV é de competência exclusiva da autoridade máxima da Administração Pública, facultada a ampla defesa, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de 02 (dois) anos da aplicação da sanção;

10.8. Os valores apurados a título de multa serão retidos quando da realização do pagamento à CONTRATADA. Se estes forem insuficientes, poderão ser cobrados administrativa ou judicialmente, após notificação.

10.9. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido à tesouraria do Município de Laguna Carapã, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, após a respectiva notificação.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

10.10. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Prefeito ou Ordenador de Despesas devidamente justificado.

10.11. As sanções aqui previstas serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Fornecer mão de obra, maquinário, equipamentos, materiais, acessórios e tudo mais que for necessário ao pleno desenvolvimento do objeto contratado, em volume, qualidade e quantidades compatíveis para sua conclusão dentro do prazo estabelecido.

11.2. Observar as boas práticas, técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização dos serviços que são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

11.3. Preparar, encaminhar e acompanhar todos os documentos e desenhos necessários à aprovação dos órgãos competentes, quando necessário.

11.4. Responsabilizar-se pelos encargos sociais sobre a obra.

11.5. Fornecer mão de obra especializada e qualificada e responsabilizar-se pelo recolhimento e apresentação da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT, em nome do(s) profissional(is) informados no momento do processo licitatório.

11.6. É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a guarda do local dos serviços, materiais e equipamentos utilizados até o recebimento definitivo do objeto pelo CONTRATANTE.

11.7. Cumprir e observar que, constatada a existência de materiais inadequados no canteiro de serviços, a Fiscalização oficiará a CONTRATADA para que no prazo de 24 (vinte e quatro) horas efetue a remoção desses materiais.

11.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução deste contrato;

11.9. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

11.10. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, na execução deste contrato.

11.11. Manter preposto, no local da obra, para representá-la na execução do contrato, nos termos do artigo 68 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

11.12. A execução da obra deverá ser conduzida, obrigatoriamente, sob a responsabilidade técnica dos profissionais cujos atestados foram apresentados pela licitante para comprovação da capacidade técnico profissional.

11.13. Somente será admitida a substituição de profissional detentor de atestado apresentado na fase de habilitação, por outro com experiência equivalente ou superior. A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá a indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico, e acompanhada da baixa da ART ou RRT do profissional que está sendo substituído. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela Fiscalização.

11.14. Manter, durante toda a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.15. Refazer em até dez dias úteis, às suas expensas, qualquer trabalho recusado pela Fiscalização.

11.16. Responder e responsabilizar-se pela prevenção de acidentes e pela segurança de suas atividades e de seus funcionários quando na realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança consoante legislação em vigor, bem com tomando, ou fazendo com que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.

11.17. Prever, instalar e manter cercas, barreiras, tapumes ou outra forma de sinalização, indicando a terceiros as condições perigosas resultantes dos trabalhos, a fim de prevenir danos pessoais ou materiais.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

12.1. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.





12.2. Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato por Fiscalização formalmente designada.

12.3. Notificar por escrito a ocorrência de irregularidades durante a execução dos serviços.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO:**

13.1. A rescisão do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993;

b) amigável por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Contratante;

c) judicial, nos termos da legislação.

13.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser procedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO:**

14.1. Dentro do prazo legal, contados da sua assinatura, o Contratante providenciará a publicação do resumo deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO:**

15.1. A fiscalização do presente CONTRATO será feita pela Contratante por meio de Fiscal, que será designado através de ato próprio, quando de sua assinatura, ao qual competirá além do dever de fiscalização, também dirimir as dúvidas que surgirem no curso da sua execução e de tudo dará ciência à Contratada, para fiel execução contratual durante toda a sua vigência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO:**

16.1. As partes elegeram o foro da Comarca do Município de Dourados/MS, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado, para dirimir todas e quaisquer dúvidas decorrentes deste Contrato.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

---

E por estarem justas e contratadas, foi lavrado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, o qual lido e achado conforme, é assinado pelas partes.

Laguna Carapã/MS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

**CONTRATANTE**

---

**CONTRATADA**



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA**

(A proposta deve ser preenchida em papel timbrado da licitante)

PROPOSTA DE PREÇO		MODALIDADE TOMADA DE PREÇO	NÚMERO ____/____	TIPO MENOR PREÇO GLOBAL
Proponente:				
Endereço:				
Cidade:				
Telefone:		Email:		
Item	Especificações	Unid	Quant	Valor Total
01	Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para execução de drenagem de águas pluviais na Rua João Fernandes Pereira (PARTE) – Distrito Bocajá, no município de Laguna Carapã/MS, de acordo com Projeto Executivo, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico e Financeiro em anexo, partes integrantes do edital.	Serv.	01	
<b>VALOR GLOBAL R\$ _____ (_____)</b>				
Estando de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima com validade da proposta de _____ dias  _____ – _____, _____, _____ DE _____		CARIMBO CNPJ		
CARIMBO E ASSINATURA				



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

### ANEXO III – DECLARAÇÃO DE APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_  
TOMADA DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

A Empresa (nome da Empresa), devidamente inscrita no CNPJ /MF nº \_\_\_\_\_, sediada na (endereço completo) \_\_\_\_\_ declara que tem disponibilidade de todo aparelhamento e pessoal técnico em seu quadro permanente adequado para realização do objeto desta Licitação TOMADA DE PREÇOS nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Nome e Ass. do Representante Legal da Empresa



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

## ANEXO IV– DEMONSTRAÇÃO DA BONIFICAÇÃO E DESPESA INDIRETA - BDI

(a ser anexada ao Envelope nº 2 – Proposta de Preço)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**

Conforme exigência do procedimento da licitação, apresentamos a composição dos nossos preços, demonstrando os percentuais de despesas indiretas, bonificações e impostos incidentes sobre os mesmos.

### Composição do BDI nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU

1	COMPOSIÇÃO DO BDI PARA SERVIÇOS
1.1	Garantia (G)
1.2	Risco (R.)
1.3	Despesas financeiras (DF)
1.4	Administração Central (AC)
1.5	Lucro (L)
1.6	Tributos (T)
	taxa de BDI (%) adotada

$$BDI = \frac{[(1+AC+R+S+G) \times (1+DF) \times (1+L)] - 1}{1-T}$$

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante Legal/Signatário  
Cargo/Função do Representante Legal/Signatário



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

**ANEXO V – DECLARAÇÕES**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**

A Empresa (nome da Empresa), devidamente inscrita no CNPJ /MF nº \_\_\_\_\_, sediada na (endereço completo) \_\_\_\_\_ **DECLARA:**

- a)** Que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.
- b)** Que não está impedido de contratar com o Poder Público Municipal e de que se obriga a informar ao Município a ocorrência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação e/ou que o impeçam de contratar com o Poder Público Municipal, face o disposto no art. 55, XIII, da Lei Federal nº 8.666/93.
- c)** Que conhece e aceita os termos do presente Edital, ressaltando, contudo, o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.
- d)** Que cumpre a proibição prevista no art.7º da CF – ou seja, de que não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de trabalho de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.
- e)** Que utilizará na obra, material de primeira qualidade, bem como qualquer tipo de equipamento necessário à perfeita execução, no instante em que forem solicitados, sem nenhum ônus adicional ao Município de Laguna Carapã/MS.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Nome e Ass. do Representante Legal da Empresa





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

**ANEXO VI – DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**

A Empresa (nome da Empresa), devidamente inscrita no CNPJ /MF nº. \_\_\_\_\_, sediada na (endereço completo) \_\_\_\_\_ neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, (estado civil), portador da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº. \_\_\_\_\_, no uso de suas atribuições legais, declara, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser:

- ( ) Microempreendedor Individual (MEI)  
( ) Microempresa (ME) ou,  
( ) Empresa de pequeno porte (EPP)

E que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da lei Complementar nº 123/2006.

Por ser expressa manifestação da verdade, firmo o presente.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**Nome, Assinatura do responsável da empresa**

**Nome, CRC do contador e Assinatura**



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"

## ANEXO VII – MODELO DE PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo)..... inscrita no CNPJ/MF sob n.º .....e Inscrição Estadual sob n.º ....., Representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a)(s)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º ..... e CPF n.º ....., nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a). ...., (nacionalidade), (estado civil), portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º ..... e CPF n.º ....., residente e domiciliado à Rua ....., n.º ....., Bairro....., (Estado)....., a quem confere(m) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante o Município de Laguna Carapã/MS, no que se referir a Modalidade **TOMADA DE PREÇOS** \_\_\_\_/\_\_\_\_, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases da Licitação, inclusive apresentar proposta em nome da Outorgante, formular verbalmente novas propostas, conforme o caso, **desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo, manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão**, assinar a Ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos pelo Comissão Permanente de Licitação, enfim praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Outorgante, inclusive assinar Contratos de serviços e demais compromissos.

A presente procuração é válida até o dia .....

Por ser verdade, firmamos a presente procuração para que produza os efeitos legais.

Local e data.

(Nome/Assinatura(s) do(s) outorgante(s) com poderes para este fim conforme Contrato Social da empresa)